



MARKEL RESEGUROADORA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.641.418/0001-20

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da Markel Resseguradora do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Markel Corporation é uma companhia holding de capital aberto e pulverizado, sediada nos Estados Unidos, com investimentos diversificados e atuação em diversos mercados em todo mundo. Sua principal atividade consiste em oferecer produtos de seguro para riscos especializados, tendo mais de 80 anos de experiência no setor. A Markel tornou-se companhia aberta com valores mobiliários registrados na U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") em 1986, e suas ações encontram-se listadas na Bolsa de Nova York desde 1987. Profissionais altamente qualificados e experientes com reconhecimento internacional são atributos do Grupo Markel que conta com projeção global e atua nos mercados de Seguros e Resseguros. No Brasil, o Grupo Markel pretende direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de suporte a sociedades seguradoras e resseguradoras que oferecem cobertura a grandes projetos nacionais,

adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos. A autorização para operar no mercado brasileiro de resseguros e retrocessão como Ressegurador Local foi concedida no dia 18 de janeiro de 2012, com um capital inicial de R\$ 80 milhões e sede local no Rio de Janeiro. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de junho de 2016, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 12 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, a Resseguradora auferiu R\$ 34,7 milhões de prêmios ganhos, com atuação nas seguintes linhas de negócios: patrimonial (26,8%), riscos financeiros (51,1%), transportes (9,4%), automóvel (1,1%) e outros (11,6%). O índice de sinistralidade ficou em 56,56% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro) e as despesas de comercialização atingiram 3,27%. A melhoria da sinistralidade, quando comparada com o período anterior, deve-se à conjugação dos seguintes fatores: redução de nossa participação na carteira de riscos patrimoniais que vinha apresentando resultados insatisfatórios, aumento de nossa participação na carteira de riscos financeiros e pelo desenvolvimento favorável de parte das reservas de sinistros existentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Resseguradora apresentou um prejuízo de R\$ 3,1 milhões. A Companhia Local, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus

acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A política de investimentos da Markel Resseguradora do Brasil S.A. tem como premissas básicas a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, sendo as aplicações para a cobertura de provisões técnicas feitas prioritariamente em títulos do Tesouro Nacional, classificados na categoria de "Títulos disponíveis para venda". A Administração da Markel Resseguradora do Brasil S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Ética em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. Oportunamente, a Markel Resseguradora do Brasil S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do Setor. As Sociedades Seguradoras e Corretores de Resseguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizadas e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017. **A Administração**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		115.611	66.716
Disponível		3.842	8.539
Caixa e bancos	5	2.373	4.616
Equivalentes de caixa	5	1.469	3.923
Aplicações	6.1	69.469	11.278
Créditos das operações com resseguros	7	24.362	27.212
Operações com seguradoras		15.303	17.178
Operações com resseguradoras		9.059	10.034
Ativos de resseguro e retrocessão -			
Provisões técnicas	14.2	16.477	17.253
Títulos e créditos a receber		264	941
Créditos tributários e previdenciários	8.1	182	141
Outros créditos	8.3	82	800
Despesas antecipadas		641	823
Custos de aquisição diferidos	9.1	556	670
Resseguros		556	670
Ativo não circulante		67.312	103.715
Realizável a longo prazo		66.313	102.144
Aplicações	6.1	60.412	92.801
Ativos de resseguro e retrocessão -			
Provisões técnicas	14.2	3.327	5.753
Títulos e créditos a receber		2.496	3.009
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.496	3.009
Despesas antecipadas		-	452
Custos de aquisição diferidos	9.1	78	129
Resseguros		78	129
Imobilizado	10	999	1.571
Bens móveis		701	876
Outras imobilizações		298	695
Total do ativo		182.923	170.431

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		88.587	89.673
Contas a pagar		7.197	4.239
Obrigações a pagar	11.1	4.810	2.950
Impostos e encargos sociais a recolher	11.2	504	335
Encargos trabalhistas	11.3	1.677	884
Impostos e contribuições	11.4	166	70
Outras contas a pagar	11.1	40	-
Débitos de operações de seguros e resseguros		6.308	11.500
Operações com resseguradoras	13.1	5.735	10.774
Corretores de seguros e resseguros	13.3	560	726
Corretores de seguros e resseguros - outros débitos		13	-
Provisões técnicas - resseguradoras	14.1	75.082	73.934
Passivo não circulante		13.927	12.123
Provisões técnicas - resseguradoras	14.1	13.927	12.123
Patrimônio líquido		80.409	68.635
Capital social	16.1	110.012	98.000
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários		74	(2.828)
Prejuízos acumulados		(29.677)	(26.537)
Total do passivo e patrimônio líquido		182.923	170.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(3.139)	(10.602)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(5.276)	(3.149)
Efeito tributário	2.374	1.516
Outros componentes do resultado abrangente	(2.902)	(1.633)
Total do resultado abrangente do exercício	(6.041)	(12.235)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 - (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2016	2015
Prêmios emitidos		37.495	24.807
Variáveis das provisões técnicas		(2.769)	4.002
Prêmios ganhos	18	34.726	28.809
Sinistros ocorridos	19.1	(19.658)	(31.445)
Custos de aquisição	19.2	(1.137)	(1.039)
Outras receitas e despesas operacionais		(2.802)	(163)
Resultado com retrocessão	19.3	(1.267)	(3.083)
Despesas administrativas	19.4	(25.088)	(14.683)
Despesas com tributos	19.5	(2.503)	(2.013)
Resultado financeiro	19.6	12.798	13.263
Receitas financeiras		16.239	15.738
Despesas financeiras		(3.441)	(2.475)
Resultado operacional		(4.931)	(10.354)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	9
Resultado antes dos impostos e participações		(4.931)	(10.345)
Imposto de renda	20	1.034	(179)
Contribuição social	20	827	(30)
Participações sobre o lucro		(69)	(48)
Prejuízo do exercício		(3.139)	(10.602)
Quantidade de ações		121.480.336	102.255.134
(Prejuízo) por ação (em R\$)		(0,03)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.139)	(10.602)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	653	625
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.194	163
Reflexo dos impactos da Circular nº 474/13 feitos em 31/12/2014 para fins de apresentação	-	244
Variação das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(32.216)	(9.404)
Créditos das operações	1.655	(1.675)
Ativos de resseguro	3.202	(2.105)
Créditos tributários e previdenciários	(41)	(141)
Ativo fiscal diferido	513	(1.307)
Despesas antecipadas	634	725
Outros ativos	883	(557)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.900	854
Impostos e contribuições	1.058	127
Débitos das operações	(5.192)	1.783
Provisões técnicas - resseguros	2.952	19.219
Outros passivos	-	(17)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(25.944)	(2.068)
Juros recebidos	9.316	8.318
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(16.628)	6.250
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(81)	(883)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(81)	(883)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	12.012	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	12.012	-
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.697)	5.367
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.539	3.172
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.842	8.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

pela SUSEP, e conforme NTA. • Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa da provisão com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e metodologia informada na NTA. • Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - é constituída pelo maior valor entre o cálculo realizado utilizando como base em percentuais definidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e o cálculo realizado utilizando sinistralidade inicial esperada aplicável a cada segmento de negócio. Essa metodologia de cálculo será adotada até que a Companhia tenha dados suficientes para aplicação da metodologia própria, conforme descrito em NTA. • Provisão de Excedente Técnico (PET) - é constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusula específica dos contratos de resseguro, que tem previsão para participação das cedentes nos lucros do contrato (superávits técnicos). Estão enquadrados nesse conceito os pagamentos de profit commission (participação nos lucros), que são calculados com base na sinistralidade esperada de cada contrato. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas a sinistros. A PDR é calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. **3.4.4. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)** - De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2016, brutos de retrocessão, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento do contrato atual. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções. Para os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram adotados os mesmos valores constantes da Nota Técnica Atuarial. Isso devido à pequena experiência acumulada que não permite, ainda, o cálculo dos parâmetros de forma consistente e de índices históricos de despesas baseados nos custos temporariamente mais elevados, próprios de um período de início de operação. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação conduzido pela Companhia permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2016. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR e PET, também não há insuficiências a cobrir. **3.5. Imobilizado** - O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e imobiliários em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **3.6. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (sendo 20% a partir do mês de setembro de 2015), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o

(continua...)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)	15	86.000	12.000	(1.195)	(16.179)	80.626
Reflexo dos impactos da Circular nº 474/13 feitos em 31/12/2014 para fins de apresentação		-	-	-	244	244
Aumento de capital conforme AGE de 12 de novembro de 2014		12.000	(12.000)	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	(1.633)	-	(1.633)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.602)	(10.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15	98.000	-	(2.828)	(26.537)	68.635
Aumento de capital conforme AGE de 8 de junho de 2016		12.012	-	-	-	12.012
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	2.902	-	2.902
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.139)	(3.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		110.012	-	74	(29.676)	80.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Markel Resseguradora do Brasil S.A. ("Markel Re" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 01, Conj. 805 a 807, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido pela Markel Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias, e faz parte do Grupo controlado pela Markel Corporation ("Markel International" - "MINT"), companhia de capital aberto com ações cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). A Markel Re tem como objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, oferecendo ao mercado segurador brasileiro coberturas para todos os ramos de negócio, excluindo riscos nucleares e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). A Companhia foi constituída em 5 de maio de 2011, por meio de cotas de responsabilidade limitada com a denominação de Alterra Re Participações do Brasil Ltda., tendo como objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação** - Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1). **Mudança de práticas contábeis** - As demonstrações financeiras incluem as modificações introduzidas em atendimento à Circular nº 474/2013. A Companhia efetuou o registro contábil dos prêmios emitidos de resseguros de contratos proporcionais com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, considerando o fracionamento mensal dos respectivos prêmios. Para os contratos com início de vigência anterior a 1º de janeiro de 2015, a Companhia utilizou a prática contábil vigente à época da aceitação, mantendo a mesma no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, os montantes de prêmios emitidos e variação das provisões técnicas estão sendo apresentados a menor e a maior, respectivamente, no montante de R\$ 11.048 mil no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não havendo, no entanto, impacto no prêmio ganho e o resultado do referido exercício. Conforme acima mencionado, os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2015 foram

	31/12/2015	31/12/2015
	Saldo divulgado	Saldo ajustado

Resultado			
Prêmios emitidos	24.807	11.048	35.855
Variáveis das provisões técnicas	4.002	(11.048)	(7.046)
Prêmios ganhos	28.809	-	28.809
Resultado do exercício	(10.602)	-	(10.602)

Reclassificação de itens das demonstrações financeiras - Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações de resultados foi efetuada a reclassificação a seguir:

	31/12/2015	31/12/2015
	Saldo divulgado	Saldo ajustado

Resultado			
Despesas administrativas	(13.614)	(1.069)	(14.683)
Participações sobre o lucro	(1.117)	1.069	(48)

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2016. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado • Instrumentos financeiros disponíveis para venda. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. A principal estimativa reconhecida pela Companhia envolvendo contratos de resseguro e retrocessão refere-se à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). A Companhia utiliza as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido em conformidade com as condições gerais e notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para o pagamento das obrigações devidas. A receita estimada de prêmios (Estimated Premium Income - EPI) é mensurada por contrato, baseada na informação fornecida pelo cliente, suas ferramentas internas de precificação e informações gerais de mercado. A receita estimada de prêmio é continuamente monitorada e atualizada com base em informação contábil fornecida pela cedente. Informações adicionais sobre estimativas encontram-se nas seguintes notas:

• Provisão para Prêmios Não Ganhos - PPNG (Nota Explicativa nº 3.4.3); e

• Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR. **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação

das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Disponível** - Considerando as características dos ativos financeiros da Companhia, incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa. **3.2. Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros não derivativos nas categorias a valor justo por meio de resultado, ativos disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado - Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento.

3.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como "Empréstimos e recebíveis", "Mantidos até o vencimento" ou como "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". Nessa categoria, os ativos financeiros são mensurados ao seu valor justo, sendo seus rendimentos reconhecidos no resultado do exercício, enquanto que o efeito das valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente é reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do exercício, quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros** - Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação, e, após o reconhecimento inicial, medidos pelo custo amortizado, e, quando aplicável, os empréstimos e recebíveis são ajustados ao valor recuperável. Os principais recebíveis são prêmios

(continuação...)

impostos de renda correntes e diferidos.
3.7. Capital social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.8. Distribuição de dividendos - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.
3.9. Apuração do resultado - O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.
3.9.1. Prêmios emitidos - Os prêmios de resseguro e retrocessão aceitos são reconhecidos, quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNre com base em metodologia própria, conforme apresentado na Nota Técnica Atuarial. Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, líquidos de comissão de resseguro, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

3.9.2. Comissão de corretagem e comissão diferida - As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas, quando da emissão dos contratos e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3.9.3. Sinistros - Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelas cedentes.

3.9.4. Participações nos lucros - O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado em uma métrica de resultados, entre a holding e demais empresas do grupo Markel, e considera o desempenho departamental e individual. As participações nos lucros são contabilizadas em bases mensais.
3.9.5. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas - A Administração da Companhia não espera que novas normas, interpretações e alterações, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, tenham efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras a partir de sua adoção, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros que entrará em vigor a partir de 1º/01/2018 e o IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* que trata o reconhecimento de Receita que entrará em vigor a partir de 1º/01/2017.

4. Gerenciamento de riscos: O Gerenciamento de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ele é usado para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. O Gerenciamento de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de resseguro. Como uma Empresa do Grupo Markel, a Companhia faz parte do Segmento Markel Internacional (“MINT”) e consequentemente conta com o suporte da estrutura de gerenciamento de riscos do Segmento.
Princípios do gerenciamento de riscos - Os princípios aplicados ao Programa de Gerenciamento de Riscos da Markel são os seguintes:
• Aprimoramento - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.
• Alcance - a estrutura de controles internos deve ser:
- Abrangente - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio
- Comunicativo - para que todos tenham conhecimento do programa;
- Simples - para que todos possam compreendê-lo;
- Relevante - a fim de que todos se envolvam com o processo;
- Utilizado - ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia a dia.
• Evidente - políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos e nosso modelo interno são documentados, de forma que profissionais qualificados e experientes possam entendê-los sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais.
• Emergente - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes.
• Eficaz - o programa tem que funcionar. Os diretores técnicos e operacionais e suas equipes, juntamente com o Grupo Markel, reveem e instituem políticas relacionadas com o gerenciamento dos riscos de subscrição, riscos operacionais e retrocessões, que seguem resumos abaixo. A Companhia geralmente está exposta aos seguintes riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, os objetivos estratégicos e financeiros:
• Risco de Subscrição de Resseguro / Retrocessão;
• Risco Operacional;
• Risco de Liquidez;
• Risco de Mercado;
• Risco de Crédito.
4.1. Risco de subscrição - Definimos o Risco de Subscrição como: “o risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de resseguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios.” A Companhia oferece cobertura de resseguro para o mercado brasileiro de seguros e resseguros nas carteiras de propriedade, responsabilidades, engenharia, saúde, garantia, transportes, pessoas (individual e coletivo), aeronáuticos e marítimos sob as formas de contratação quota-parte, excedente de responsabilidade e excesso de danos por risco e por evento. Nossos canais de distribuição podem ser através de intermediação pelos corretores de resseguros ou diretamente com as empresas de seguro e resseguro. Contratos de resseguro proporcionais (quota-parte e excedente de responsabilidade) estão vinculados à aceitação proporcional dos riscos cobertos pelas apólices das cedentes. Contratos de resseguro não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento) protegem a retenção de risco bruto da cedente acima de uma prioridade acordada, ou seja, da retenção líquida da cedente.

4.1.1. Subscrição de risco - A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, experiência técnica da cedente e resultados técnicos, condição financeira da cedente, reputação do Departamento de Sinistros e a exposição que o contrato agrega à carteira da Companhia. Outros fatores avaliados incluem a reputação da cedente, distribuição geográfica dos riscos expostos, quando disponível, a participação da cedente no mercado, exposição dos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros da cedente e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade da cedente e a do mercado. É prática da Companhia manter uma relação estreita com as áreas de Sinistro e Subscrição da cedente a fim de acompanhar as políticas descritas. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais. Excluimos riscos, tais como: guerra, radiação nuclear e outras contaminações. Para cada linha de negócio subscrito, temos exclusões gerais e absolutas de acordo com o manual de subscrição, que são discutidas com a cedente, a fim de que sejam consideradas ou não no documento final. Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia será capaz de proteger suas exposições brutas relacionadas com riscos de propriedade e garantia através de coberturas de retrocessão.

4.1.2. Resseguros cedidos - A Companhia utiliza a contratação de retrocessão para suportar suas operações de subscrição e para gerenciar sua retenção por risco e por evento antes de uma ocorrência. A cobertura de retrocessão é obtida de acordo com o tipo de riscos assumidos. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem redução da exposição, proteção contra os riscos catastróficos e contra a perda inesperada de capital. O procedimento também permite aceitar novos negócios. Os contratos de retrocessão não isentam a Companhia dos seus compromissos legais em relação ao risco de ser ressegurado. Desse modo, a Companhia analisa cuidadosamente as condições financeiras e a reputação para pagar sinistros de seus possíveis parceiros, aceitando apenas retrocessionários aprovados.
4.1.3. Revisão do risco de subscrição - A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos encontram-se com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho. A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional, a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos.

4.2. Risco operacional - Definimos o risco operacional como: “O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos”. Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios. A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios. A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e revisados pela equipe de Gerenciamento de Riscos. A Companhia submete-se a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a políticas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1. Teste de sensibilidade nas atividades de resseguro e retrocessão

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2016	
		Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão
Variáveis	Premissas		
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(1.964)	(575)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	1.964	575
Prêmio ganho e corretagem	Aumento de 10%	3.586	2.151
Prêmio ganho e corretagem	Diminuição de 10%	(3.586)	(2.151)
		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2015	
		Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão
Variáveis	Premissas		
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(1.729)	(852)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	1.729	852
Prêmio ganho e corretagem	Aumento de 10%	1.527	752
Prêmio ganho e corretagem	Diminuição de 10%	(1.527)	(752)

Para fins de análise de sensibilidade, consideramos a variação ocorrendo nos dois maiores grupos de concentração de risco, propriedades e garantias, utilizando a proporção de 50% para cada.

4.2.2. Concentração de risco por ramo de atuação

			Prêmio ganho		
		31/12/2016	%	31/12/2015	%
Grupo de ramo		9.313	26,8	10.561	36,7
Patrimonial		260	0,7	70	0,2
Riscos especiais		1.143	3,3	1.092	3,8
Responsabilidades		365	1,1	172	0,6
Automóvel		3.271	9,4	5.773	20,0
Transportes		17.738	51,1	9.092	31,6
Riscos financeiros		196	0,6	263	0,9
Habitacional		1.361	3,9	1.319	4,6
Rural		78	0,2	42	0,1
Outros		173	0,5	8	0,0
Marítimos		828	2,4	417	1,4
Aeronáuticos		34.726	100,0	28.809	100,0

4.2.3. Tabela de evolução de sinistros

			31/12/2016				
Ano de Subscrição	2012	2013	2014	2015	2016	Total	
Montante estimado para sinistros							
No ano do aviso	347	16.275	8.092	16.014	9.015	-	-
Um ano após o aviso	2.971	25.215	19.277	18.653	-	-	-
Dois anos após o aviso							
Três anos após o aviso	3.801	27.749	22.218	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	4.107	28.215	-	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	4.067	-	-	-	-	-	-

Estimativa dos sinistros na data-base	4.067	28.215	22.218	18.653	9.015	82.168
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.640)	(20.351)	(16.460)	(11.865)	(3.755)	(56.072)
Provisão de sinistros a liquidar	427	7.863	5.758	6.788	5.259	26.096
Retrocessão Provisões líquidas de retrocessão						(3.070)
						23.026

			31/12/2015			
Ano de Subscrição	2012	2013	2014	2015	Total	
Montante estimado para sinistros						
No ano do aviso	347	16.275	8.092	16.014	-	-
Um ano após o aviso	2.971	25.215	19.277	-	-	-
Dois anos após o aviso	3.801	27.749	-	-	-	-
Três anos após o aviso	4.107	-	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso						

Estimativa dos sinistros na data-base	4.107	27.749	19.277	16.014	67.146
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.171)	(18.376)	(11.662)	(3.838)	(37.048)
Provisão de sinistros a liquidar	935	9.372	7.615	12.175	30.098
Retrocessão Provisões líquidas de retrocessão					(4.135)
					25.963

No dia 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento de uma barragem na cidade de Mariana, em Minas Gerais. A Markel Resseguradora do Brasil inicialmente contabilizou uma provisão de sinistros a liquidar no valor de R\$ 3,5 mil para o evento supracitado. O somatório de todas as exposições da Companhia no caso monta o valor de R\$ 6,1 mil e o pior cenário possível, devido à exposição atual no risco de Engenharia, monta o valor de R\$ 4,5 mil. Tendo em vista o desenvolvimento do caso e os relatórios de regulação recebidos até o momento, a Markel Resseguradora do Brasil efetuou a reavaliação de suas reservas cuja totalidade passou a ser de R\$ 2,3 mil. A provisão constituída considera a melhor estimativa de valor final conhecida até o momento. Todos os possíveis cenários de deterioração da provisão atualmente apresentada para esse caso estariam integralmente cobertos pelas demais reservas da Companhia o que não geraria impactos materiais nos resultados nem comprometimento do seu patrimônio.
4.3. Risco de liquidez - Definimos o risco de liquidez como: “o risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos”. O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais. Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

			31/12/2016		
		0 - 1 ano	2 - 5 anos	Total	
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado (*)		-	25.262	25.262	
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)		-	104.619	104.619	
Créditos das operações com seguros e resseguros		23.947	-	23.947	
Caixa, bancos e equivalentes de caixa		3.842	-	3.842	
Ativos de contratos de resseguro		4.744	3.327	8.071	
Total de ativos financeiros		32.533	133.208	165.471	
Passivos financeiros		-	-	-	
Contas a pagar		7.197	-	7.197	
Débitos das operações com seguros e resseguros		6.308	-	6.308	
Passivos de contratos de resseguro		20.597	13.927	34.524	
Total de passivos financeiros		34.702	13.927	48.029	

			31/12/2016								
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Aa1	Moody's Ba2	Moody's Baa1	A.M. Best A+	A.M. Best A-	A.M. Best B++	Standard & Poors AA-	Fitch A-	Sem rating	Saldo contábil	
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	3.842	-	-	-	-	-	-	-	3.842	
Ao valor justo através do resultado											
Ativos pré-fixados privados	-	25.262	-	-	-	-	-	-	-	25.262	
Disponíveis para venda											
Ativos pré-fixados públicos	-	104.619	-	-	-	-	-	-	-	104.619	
Empréstimos e recebíveis											
Prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras	562	-	-	1.530	3.490	725	3.560	8.056	6.024	23.947	
Exposição máxima ao risco de crédito	562	133.723	-	1.530	3.490	725	3.560	8.056	6.024	157.670	

			31/12/2015								
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's A1	Moody's A3	Moody's Baa1	A.M. Best A++	A.M. Best A-	A.M. Best B++	Standard & Poors AA-	Fitch A-	Sem rating	Saldo contábil	
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	8.539	-	-	-	-	-	-	-	-	8.539	
Ao valor justo através do resultado											
Ativos pré-fixados privados	11.278	-	-	-	-	-	-	-	-	11.278	
Disponíveis para venda											
Ativos pré-fixados públicos	-	92.801	-	-	-	-	-	-	-	92.801	
Empréstimos e recebíveis											
Prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras	-	-	653	674	3.796	453	5.017	6.956	8.065	25.614	
Exposição máxima ao risco de crédito	19.817	92.801	653	674	3.796	453	5.017	6.956	8.065	138.232	

5. Caixa, bancos e equivalentes de caixa

Contas bancárias

Equivalentes de caixa

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em mercado aberto lastreadas em CDB.

6. Aplicações financeiras

			31/12/2016		
		Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil
<i>Títulos disponíveis para venda (*)</i>					
Títulos públicos federais - NTN F		10/01/2013	01/01/2017	7.920	7.920
Títulos públicos federais - NTN F		27/06/2013	01/01/2018	20.305	20.140
Títulos públicos federais - NTN F		01/07/2013	01/01/2017	2.131	2.131
Títulos públicos federais - NTN F		23/12/2013	01/01/2018	34.783	35.046
Títulos públicos federais - NTN F		14/11/2014	01/01/2017	12.711	12.711
Títulos públicos federais - NTN F		06/01/2015	01/01/2017	21.445	21.445
Títulos públicos federais - NTN F		05/09/2016	01/01/2018	5.189	5.226
Total títulos disponíveis para venda				104.484	104.619
<i>Títulos ao valor justo através do resultado (**)</i>					
Títulos privados - renda fixa - CDB		07/01/2016	08/01/2018	5.306	5.306
Títulos privados - renda fixa - CDB		24/02/2016	23/02/2018	4.485	4.485
Títulos privados - renda fixa - CDB		09/06/2016	07/06/2018	12.939	12.939
Títulos privados - renda fixa - CDB		24/11/2016	11/11/2019	2.532	2.532
Total títulos ao valor justo através do resultado				25.262	25.262
Total das aplicações financeiras				129.746	129.881
Total classificado no ativo circulante				69.469	69.469
Total classificado no ativo não circulante				60.277	60.412

			31/12/2015								
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Aa1	Moody's Ba2	Moody's Baa1	A.M. Best A++	A.M. Best A-	A.M. Best B++	Standard & Poors AA-	Fitch A-	Sem rating	Saldo contábil	
Títulos públicos federais - NTN F	10/01/2013	01/01/2017	7.920	7.920	-	-	-	-	6%	8,24%	
Títulos públicos federais - NTN F	27/06/2013	01/01/2018	20.305	20.140	(165)	-	-	-	16%	12,46%	

(continuação...)

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Disponíveis	Valor justo	Total
	para venda	através resultado	
	(NTN-Fs)	(CDBs)	
Saldo em 31/12/2014	93.653	10.973	104.626
Aplicações	19.600	20.007	39.607
Resgates	(19.475)	(21.112)	(40.587)
Rendimentos	10.490	1.410	11.900
Recebimento de juros	(8.318)	-	(8.318)
Ajuste a valor de mercado	(3.150)	-	(3.150)
Saldo em 31/12/2015	92.801	11.278	104.079
Aplicações	5.000	23.200	28.200
Resgates	-	(11.888)	(11.888)
Rendimentos	10.858	2.672	13.530
Recebimento de juros	(9.316)	-	(9.316)
Ajuste a valor de mercado	5.276	-	5.276
Saldo em 31/12/2016	104.619	25.262	129.881

7. Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de resseguros e retrocessões aceitas e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1. Composição dos prêmios e retrocessão a receber por ramo

Grupo de ramo	31/12/2016			31/12/2015		
	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões	Total de prêmios a receber	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões	Total de prêmios a receber
Patrimonial	4.167	193	4.360	4.196	(5)	4.191
Riscos especiais	-	166	166	(1)	205	374
Responsabilidades	348	-	348	545	-	545
Automóvel	225	-	225	238	-	238
Transportes	626	-	626	1.434	(156)	1.278
Riscos financeiros	10.427	6.168	16.595	9.256	7.462	16.718
Habitacional	22	-	22	39	-	39
Rural	675	-	675	1.310	-	1.310
Marítimos	95	-	95	14	-	14
Aeronáuticos	76	759	835	147	929	1.076
Total	16.661	7.286	23.947	17.178	8.436	25.614
Circulante	16.661	7.286	23.947	17.178	8.436	25.614

A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, registrou provisão para redução a valor recuperável de prêmios a receber, para casos em que a contraparte encontra-se em processo de liquidação extrajudicial, para os quais foram reconhecidas uma provisão de redução a valor recuperável de prêmios a receber no montante de R\$ 1.357 (R\$ 163 em 31 de dezembro de 2015). Informamos que a Companhia, desde o início de suas operações, não possui histórico de inadimplência com nenhum de seus parceiros de negócios.

7.2. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	31/12/2016	
	Resseguradora admitida	Resseguradora eventual
Patrimonial	349	279
Riscos financeiros	115	60
Total	464	339
Circulante	464	339

Grupo de ramo	31/12/2015	
	Resseguradora admitida	Resseguradora eventual
Patrimonial	855	221
Riscos financeiros	35	487
Total	890	708
Circulante	890	708

7.3. Composição de outros créditos

Grupo de ramo	31/12/2016
Patrimonial	1
Riscos financeiros	968
Total	969
Circulante	969

7.4. Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões
	Saldo em 31/12/2014	26.110
Emissões	20.193	4.614
Recebimentos	(28.962)	(5.168)
Redução ao valor recuperável	(163)	-
Saldo em 31/12/2015	17.178	8.436
Emissões	29.305	8.190
Recebimentos	(28.628)	(9.340)
Redução ao valor recuperável	(1.194)	-
Saldo em 31/12/2016	16.661	7.286

7.5. Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

Sem vencimento	16.123
A vencer até 30 dias	186
A vencer de 31 a 60 dias	1.512
A vencer de 61 a 120 dias	823
A vencer de 121 a 180 dias	1.575
A vencer de 181 a 365 dias	1.545
A vencer acima de 365 dias	833
	6.474
Vencidos até 30 dias	262
Vencidos de 31 a 60 dias	630
Vencidos de 61 a 120 dias	180
Vencidos de 121 a 180 dias	10
Vencidos de 181 a 365 dias	122
Vencidos acima de 365 dias	146
	1.350
Créditos das operações de seguros e resseguros	23.947
Redução ao valor recuperável	(1.357)
Saldo em 31/12/2016	22.590

8. Títulos e créditos a receber

8.1. Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Outros impostos a compensar	182	141
	182	141
Não circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(34)	1.285
Adições temporárias (a)	1.420	387
Contribuição social diferida sobre:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(26)	1.028
Adições temporárias (a)	1.136	309
	2.496	3.009

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de adições temporárias estão relacionados à provisão para participações sobre o lucro e serão realizados no início do exercício seguinte, através da quitação da obrigação. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 33.821 (R\$ 30.682 em 31 de dezembro de 2015). Porém, por não haver expectativa de lucro tributável não foram constituídos os créditos tributários referentes a imposto de renda e contribuição social nos montantes R\$ 8.455 e R\$ 6.764 (R\$ 7.524 e R\$ 6.019 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

8.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2014	1.063	639
Constituições	1.672	1.337
Reversões	(1.063)	(639)
Saldo em 31/12/2015	1.672	1.337
Constituições	1.386	1.110
Reversões	(1.672)	(1.337)
Saldo em 31/12/2016	1.386	1.110

8.3. Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, referem-se, substancialmente, a adiantamento a funcionários e fornecedores.

9. Custos de aquisição diferidos

9.1. Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2016	31/12/2015
Patrimonial	252	259
Riscos especiais	15	20
Responsabilidades	65	71
Automóvel	5	4
Transportes	32	111
Riscos financeiros	139	236
Rural	5	16
Outros	-	3
Marítimos	22	-
Aeronáuticos	99	79
Total	634	799
Circulante	556	670
Não circulante	78	129

9.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2014	31/12/2016	
Constituição	881	881
Amortização	(1.025)	(1.025)
Saldo em 31/12/2015	799	799
Constituição	989	989
Amortização	(1.154)	(1.154)
Saldo em 31/12/2016	634	634

As despesas de comercialização são registradas quando da aceitação dos contratos de resseguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dessas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	31/12/2015
	Móveis e utensílios	10%	534
Informática	20%	891	844
Telecomunicações	20%	171	166
Outras imobilizações em curso		31	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	37,5%	1.056	1.056
		2.683	2.600
Depreciação / Amortização acumulada		(1.684)	(1.029)
Total		999	1.571

(*) Amortização calculada, conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

6.3. Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

- De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: **a.** Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **b.** Nível 2 - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e **c.** Nível 3 - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo através do resultado						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	25.262	25.262	-	11.278	11.278
Disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	104.619	-	104.619	92.801	-	92.801
	104.619	25.262	129.881	92.801	11.278	104.079

Não houve transferência entre níveis em 2016 e 2015.

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/transferências	Depreciação/amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	429	-	(55)	374
Informática	356	47	(175)	228
Telecomunicações	91	5	(28)	68
Outras imobilizações em curso	2	29	-	31
Benfeitorias em imóveis de terceiros	693	-	(395)	298
Exercício findo em 31/12/2016	1.571	81	(653)	999
Exercício findo em 31/12/2015	1.313	883	(625)	1.571

11. Contas a pagar: O saldo de contas a pagar é composto por:

11.1. Obrigações a pagar	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	252	132
Provisão para participações nos lucros / bônus	4.414	1.545
Outras obrigações a pagar	144	1.273
Outras contas a pagar	40	-
Subtotal	4.850	2.950

Grupo de ramo

Patrimonial	4.931	16.779
Riscos especiais	154	-
Responsabilidades	583	715
Automóvel	101	1.045
Transportes	530	2.673
Riscos financeiros	26.818	4.471
Habitacional	-	15
Rural	305	318
Outros	-	-
Marítimos	143	57
Aeronáuticos	959	23
Total	34.524	26.096
Total classificado no passivo circulante	20.597	26.096
Total classificado no passivo não circulante	13.927	-

Grupo de ramo

Patrimonial	5.587	21.754
Riscos especiais	202	-
Responsabilidades	886	1.327
Automóvel	115	673
Transportes	1.925	1.542
Riscos financeiros	21.681	4.042
Habitacional	-	46
Rural	962	373
Outros	-	-
Marítimos	26	8
Aeronáuticos	858	333
Total	32.242	30.098
Total classificado no passivo circulante	20.119	30.098
Total classificado no passivo não circulante	12.123	-

14.2. Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

Grupo de ramo	31/12/2016				
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Outras provisões	Provisão de excedentes técnicos (PET)
Patrimonial	-	1.001	276	-	-
Riscos financeiros	8.071	2.069	7.463	4	920
Total	8.071	3.070	7.739	4	920
Total classificado no ativo circulante	4.744	3.070	7.739	4	920
Total classificado no ativo não circulante	3.327	-	-	-	-

Grupo de ramo

Patrimonial	1	1.715
Riscos financeiros	12.508	2.420
Total	12.509	4.135
Total classificado no ativo circulante	6.756	4.135
Total classificado no ativo não circulante	5.753	-

14.3. Movimentação das provisões técnicas - resseguradoras

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	36.819	19.559	20.417	-	862	77.658
(+) Prêmio emitido	24.807	-	-	-	-	24.807
(-) Prêmio ganho	(29.548)	-	-	-	-	(29.548)
(+) Aviso de sinistro	-	29.747	-	-	-	29.747
(-) Pagamento de sinistro	-	(19.498)	-	-	-	(19.498)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	1.698	-	-	1.698
(+/-) Variação cambial	164	290	-	-	-	454
(+/-) Constituição / Reversão PET	-	-	-	-	740	740
Saldo em 31 de dezembro de 2015	32.242	30.098	22.115	-	1.602	86.057
(+) Prêmio emitido	37.495	-	-	-	-	37.495
(-) Prêmio ganho	(35.014)	-	-	-	-	(35.014)
(+) Aviso de sinistro	-	15.264	-	-	-	15.264
(-) Pagamento de sinistro	-	(19.507)	-	-	-	(19.507)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	4.376	-	-	4.376
(+/-) Variação cambial	(199)	241	-	-	-	42
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	8	-	8
(+/-) Constituição / Reversão PET	-	-	-	-	288	288
Saldo em 31 de dezembro de 2016						

15. Garantia de provisões técnicas: Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de renda fixa - públicos (NTN-F)	104.619	92.801
Total de ativos dados em garantia (A)	104.619	92.801
Provisões técnicas - resseguro	89.009	86.057
(-) Recuperação de provisões técnicas - retrocessão	(11.733)	(9.547)
Total a ser coberto (B)	77.276	76.510
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	27.343	16.291

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social - Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 110.012 (R\$ 98.000 em 31 de dezembro de 2015), está dividido em 121.480.336 (102.255.134 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 8 de junho de 2016, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado um aumento de capital de R\$ 12.012. Este aumento de capital foi homologado através da Portaria SUSEP DIOBG 99/16 de 14 de setembro de 2016.

17. Adequação de capital	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado
Patrimônio líquido	80.408	68.635

Ajustes contábeis		
(-) Despesas antecipadas	641	1.275
Patrimônio líquido ajustado Subtotal	79.767	67.360
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
Patrimônio líquido ajustado Total	79.767	67.360
Capital base (CB) (a)	60.000	60.000
I - Capital de risco (CR) (b)	9.847	9.830
Capital de Risco de Subscrição	7.839	8.133
Capital de Risco de Crédito	2.563	2.275
Capital de Risco de Mercado	323	-
Capital de Risco Operacional	365	353
Benefício de diversificação	(1.243)	(931)
Margem de solvência (c)	7.505	7.970
II - Capital Mínimo Requerido (CMR) - (maior entre (a), (b) e (c))	60.000	60.000
Suficiência de Capital (PLA-CMR)	19.767	7.360
III - Ativos Líquidos	27.343	16.291
IV - Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (III / I) (*)	278%	166%
V - Suficiência de PLA em relação ao CMR (I / II) (**)	133%	112%

(*) IV - liquidez em relação ao CR: situação caracterizada, quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco (CR), que é o montante variável de capital que a supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação; (**) V - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à Susep pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência, quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR.

18. Ramos de atuação: Os principais grupos de ramo de atuação da Companhia estão demonstrados abaixo:

	31/12/2016				
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão de resseguro	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistra- lidade (%)	Comercia- lização (%)
Patrimonial	8.678	635	9.313	102,86	4,91
Riscos especiais	202	58	260	45,23	10,00
Responsabilidades	840	303	1.143	(34,49)	9,10
Automóvel	351	14	365	115,47	4,84
Transportes	2.035	1.236	3.271	47,16	5,21
Riscos financeiros	23.157	(5.419)	17.738	38,85	1,38
Habitacional	192	4	196	(17,46)	0,00
Rural	703	658	1.361	90,21	1,10
Outros	78	-	78	(68,71)	0,00
Marítimos	297	(124)	173	74,20	13,01
Aeronáuticos	962	(134)	828	25,87	9,67
Total	37.495	(2.769)	34.726	56,56	3,27

	31/12/2015				
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão de resseguro	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistra- lidade (%)	Comercia- lização (%)
Patrimonial	6.517	4.044	10.561	163,02	4,58
Riscos especiais	280	(210)	70	53,25	10,00
Responsabilidades	1.243	(151)	1.092	172,41	7,83
Automóvel	(1.007)	1.179	172	239,07	5,59
Transportes	3.154	2.619	5.773	70,60	4,88
Riscos financeiros	12.686	(3.594)	9.092	64,46	1,30
Habitacional	279	(16)	263	1,92	0,00
Rural	960	359	1.319	94,32	1,62
Outros	4	38	42	(125,26)	0,00
Marítimos	30	(22)	8	374,86	7,77
Aeronáuticos	661	(244)	417	176,59	7,53
Total	24.807	4.002	28.809	109,15	3,61

Abaixo, demonstramos a composição dos prêmios emitidos:

	31/12/2016				
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão de resseguro	Prêmio líquido de retrocessão cedida - líquido de comissão	Prêmio líquido de retrocessões cedidas	Percentual de retenção (%)	Percentual retro- cedido (%)
Patrimonial	8.678	288	8.390	96,7	3,3
Riscos especiais	202	-	202	100,0	0,0
Responsabilidades	840	-	840	100,0	0,0
Automóvel	351	-	351	100,0	0,0
Transportes	2.035	-	2.035	100,0	0,0
Riscos financeiros	23.157	(257)	23.414	101,10	(1,1)
Habitacional	192	-	192	100,0	0,0
Rural	703	-	703	100,0	0,0
Outros	78	-	78	100,0	0,0
Marítimos	297	-	297	100,0	0,0
Aeronáuticos	962	-	962	100,0	0,0
Total	37.495	31	37.464	99,9	0,1

	31/12/2015				
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão	Prêmio líquido de retrocessão cedida - líquido de comissões cedidas	Prêmio líquido de retrocessões cedidas	Percentual de retenção (%)	Percentual retro- cedido (%)
Patrimonial	6.517	18	6.535	100,3	0,3
Riscos especiais	280	-	280	100,0	0,0
Responsabilidades	1.243	-	1.243	100,0	0,0
Automóvel	(1.007)	-	(1.007)	100,0	0,0
Transportes	3.154	-	3.154	100,0	0,0
Riscos financeiros	12.686	(5.814)	6.872	54,17	45,83
Habitacional	279	-	279	100,0	0,0
Rural	960	-	960	100,0	0,0
Outros	4	-	4	100,0	0,0
Marítimos	30	-	30	100,0	0,0
Aeronáuticos	661	-	661	100,0	0,0
Total	24.807	(5.796)	19.011	76,6	23,4

Abaixo demonstramos os principais grupos de ramos de atuação da Companhia, caso tivesse sido efetuado o fracionamento dos prêmios emitidos com vigência anterior a 2014, conforme Circular nº 474 de 22 de agosto de 2013 em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015:

	31/12/2015					
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão de resseguro	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistra- lidade (%)	Comercia- lização (%)	
Patrimonial	10.792	(231)	10.561	163,02	4,58	
Riscos especiais	280	(210)	70	53,25	10,00	
Responsabilidades	1.377	(285)	1.092	172,41	7,83	
Automóvel	(1.004)	1.176	172	239,07	5,59	
Transportes	3.664	2.109	5.773	70,60	4,88	
Riscos financeiros	17.752	(8.660)	9.092	64,46	1,30	
Habitacional	279	(16)	263	1,92	0,00	
Rural	1.723	(404)	1.319	94,32	1,62	
Outros	14	28	42	(125,26)	0,00	
Marítimos	30	(22)	8	374,86	7,77	
Aeronáuticos	949	(532)	417	176,59	7,53	
Total	35.856	(7.047)	28.809	109,15	3,61	

Vale ainda ressaltar, que em conformidade com as boas práticas contábeis e operacionais, a Markel reavalia constantemente as estimativas de prêmios de seus contratos aceitos. A reavaliação efetuada durante o exercício de 2016 resultou na redução das estimativas originais de alguns dos contratos aceitos. Abaixo, demonstramos o prêmio de retrocessão cedido (líquido de comissão) por classes de resseguradoras:

	31/12/2016	31/12/2015
Resseguradora admitida	168	(6.034)
Resseguradora eventual	(137)	238
Total	31	(5.796)

20. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

Resultado antes dos impostos e participações

(-) Participações sobre o lucro

Prejuízo após as participações

Adições temporárias - provisões dedutíveis

Adições permanentes - despesas indedutíveis

Exclusões temporárias - provisões indedutíveis períodos anteriores

Base de cálculo

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias (25% IRPJ e 20% CSLL)

Outros

Imposto de renda e contribuição social sobre exclusões temporárias (25% IRPJ e 20% CSLL)

Total

19. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

19.1. Sinistros ocorridos

	31/12/2016	31/12/2015
Indenizações avisadas	(15.264)	(29.747)
Despesas com sinistros	(18)	-
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(4.376)	(1.698)
	(19.658)	(31.445)

19.2. Custos de aquisição

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de corretagem	(989)	(881)
Variação das despesas de corretagem diferidas	(148)	(158)
	(1.137)	(1.039)

19.3. Resultado com retrocessão

	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação com indenização de sinistro	(145)	2.401
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	2.325	923
Despesas com sinistros	12	-
Receitas com participações em lucros	968	-
Prêmio de retrocessão cedido (líquido dos custos de aquisição)	31	(5.796)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(4.429)	(1.028)
Variação da provisão de excedentes técnicos	(29)	417
	(1.267)	(3.083)

19.4. Despesas administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal próprio	(20.826)	(10.793)
Serviços de terceiros	(1.445)	(1.283)
Localização e funcionamento	(2.347)	(2.353)
Publicações	(143)	(183)
Despesas administrativas diversas	(327)	(119)
	(25.088)	(14.683)

O aumento da despesa com pessoal próprio deve-se à política de Recursos Humanos da Companhia no que diz respeito à retenção e remuneração de seus funcionários, assim como aumento do quadro de funcionários.

19.5. Despesas com tributos

	31/12/2016	31/12/2015
COFINS	(1.605)	(1.287)
PIS	(275)	(217)
Taxa de fiscalização	(538)	(426)
Contribuição sindical	(59)	(59)
Outros	(26)	(24)
	(2.503)	(2.013)

19.6. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de títulos ao valor justo através do resultado	2.768	1.418
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	10.858	10.490
Operações de resseguro - variação cambial	2.440	3.827
Outras receitas	173	3
	16.239	15.738

Despesas financeiras

Operações de resseguro - variação cambial	(3.204)	(2.392)
Outras despesas	(237)	(83)
	(3.441)	(2.475)

Resultado financeiro

	12.798	13.623
--	---------------	---------------

Imposto de renda		Contribuição social	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(4.931)	(9.276)	(4.931)	(9.276)
(69)	(1.117)	(69)	(1.117)
(5.000)	(10.393)	(5.000)	(10.393)
5.679	1.545	5.679	1.545
45	53	45	53
(1.535)	(1.892)	(1.535)	(1.892)
(811)	(10.099)	(811)	(10.099)
1.419	483	1.136	348
(2)	-	(2)	-
(383)	(662)	(307)	(378)
1.034	(179)	827	(30)

	31/12/2016	31/12/2015
	Markel	Markel
	Syndicate	Syndicate

Resultado

Receita com retrocessão

Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	2.261	923
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(3.818)	(1.028)
Variação da provisão de excedentes técnicos	102	417
Variação da provisão de sinistros a liquidar	(28)	2.400
	(1.483)	2.712

Despesas com retrocessão

Prêmio de retrocessão cedido	168	(6.034)
	168	(6.034)
	1.315	(3.322)

23. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A diretoria executiva inclui os diretores estatutários, e a sua remuneração paga

Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Markel Resseguradora do Brasil S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da Markel Resseguradora do Brasil S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelo descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Markel Resseguradora do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião com ressalva - Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em atendimento aos requerimentos contidos na Circular 474/2013, a Companhia havia efetuado o registro contábil dos prêmios de contratos proporcionais com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 considerando o fracionamento mensal dos respectivos prêmios. Para os contratos com início de vigência anterior a 1º de janeiro de 2015, a Companhia havia mantido a então prática contábil vigente a época da aceitação dos riscos e não considerou os efeitos do fracionamento dos correspondentes prêmios no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em decorrência desse assunto, os montantes de prêmios emitidos e variação das provisões técnicas estavam apresentados a menor e a maior, respectivamente, no montante de R\$ 11.048 mil no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e não houve impacto no prêmio ganho e resultado do referido exercício. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente incluiu modificação em decorrência do efeito sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes pelo fato dos montantes de prêmios emitidos e variação das provisões técnicas estarem apresentados a menor e a maior, respectivamente, no montante de R\$ 11.048 mil no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Concluimos que a comparabilidade das outras informações também estão afetadas pela mesma razão descrita na seção “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017



Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6